



A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS NO ESPAÇO AGRÁRIO PARAENSE A PARTIR DOS ACAMPAMENTOS¹

Rogério Rego Miranda ²

RESUMO

O trabalho visa analisar a territorialização dos movimentos sociais e sindicais no estado do Pará, particularmente no sudeste paraense, a partir da construção dos acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação de Trabalhadores da Agricultura (Fetagri). Para esse fim, utilizou-se enquanto procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica acerca da temática dos acampamentos, análise documental, entrevistas semiestruturadas e a produção de uma cartografia temática. Assim, compreende-se os acampamentos enquanto territórios, pois são resultantes da luta cotidiana dos movimentos sociais e sindicais, que se utilizam da política de escala e da construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra, para permanecerem territorializados. Sua construção possibilita a disputa por hegemonia dos movimentos sociais em termos materiais (terra) e imateriais (reapropriação dos aparelhos privados de hegemonia para a proposição de um outro projeto de desenvolvimento territorial). No Pará e, particularmente, no sudeste paraense, esses movimentos sociais e sindicais organizam a luta pelo território, por meio de ocupações de terras e acampamentos, desde aproximadamente a década de 1980, e têm promovido ao longo dos anos conquistas significativas em termos de pressionarem o Estado para a criação de Projetos de Assentamentos, apesar de nos últimos anos ter havido uma diminuição considerável das ocupações/acampamentos, face ao aumento da violência e do fascismo no campo, bem como o contexto de pandemia por Covid-19.

Palavras-chaves: Território, Acampamentos, Movimentos sociais e sindicais, Sudeste Paraense/Brasil.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the territorialization of social and union movements in the state of Pará, particularly in the southeast of the state, based on the construction of encampments organized by the Landless Rural Workers Movement (MST) and the Federation of Agricultural Workers (Fetagri). To this end, we used as methodological procedures a bibliographical revision of the theme of encampments, documentary analysis, semi-structured interviews and the production of a thematic cartography. Thus, the encampments are understood as territories, since they result from the daily struggle of social and union movements, which use the politics of scale and the construction of a geographic network of peasant solidarity in the struggle for land to remain territorialized. Its construction makes possible the dispute for hegemony of the social movements in material terms (land) and immaterial terms (re-appropriation of the private apparatuses of hegemony for the proposition of another project of territorial development). In Pará, and particularly in the southeast of Pará, these social movements and unions have been organizing the struggle for territory through land occupations and encampments since the 1980s. Over the years they have achieved significant victories in terms of pressuring the State to create settlement projects, although in recent years there has been a considerable decrease in

¹ Resumo produzido a partir do projeto de pesquisa intitulado **A territorialização da luta pela terra no sudeste paraense a partir dos acampamentos dos movimentos sindicais/Fetagri e movimentos sociais/MST**, financiado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa).

² Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), campus de Marabá, no curso de licenciatura e bacharelado em Geografia. Coordenador do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp), rogeriomir@unifesspa.edu.br;



occupations/encampments due to the increase in violence and fascism in the countryside, as well as the context of the Covid-19 pandemic.

Key-words: Territory, Encampments, Social movements and union, Southeastern Pará/Brazil.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, especialmente após 2016, o governo brasileiro assumiu um caráter mais conservador, autoritário e alinhado com a pauta econômica neoliberal, imprimindo um esvaziamento das políticas públicas voltadas à reforma agrária, fato que se expressa na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ainda no governo do Michel Temer (2016-2018), e na paralisação da política de assentamentos rurais, da demarcação de territórios quilombolas e indígenas no governo de Jair Bolsonaro, que se inicia no ano de 2019.

Medeiros (2020) avalia algumas modificações na legislação agrária, a exemplo da MP 910, que permite a legalização de terras públicas griladas na Amazônia Legal, a qual posteriormente se transformou em Projeto de Lei, autorizando a regularização de áreas da União, no limite de até 1,5 mil hectares. Esse processo se efetivaria em terras de até 15 módulos fiscais, que podem ser regulamentadas por meio da auto declaração, em conformidade com a Lei nº 13.465/2017, sem a necessidade de vistoria prévia, mesmo que sejam ocupadas por posseiros há anos. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por sua vez, torna-se subordinado ao Ministério da Agricultura, que estabelece uma relação de distanciamento em relação aos movimentos sociais, criminalizando as ações de ocupações e acampamentos. Somando-se a essas medidas há um forte incentivo a violência mediante a liberação de armas nas propriedades rurais, além da contratação de seguranças privados que atuam com o mesmo grau de agressão que os jagunços outrora utilizavam.

Os dados da CPT (2021) apontam uma escalada de violência no campo brasileiro, existindo, entre 2016 e 2020, uma margem de 210 assassinatos no país e, particularmente, 57 no estado do Pará, correspondendo a 27,14% do total dessas mortes no espaço agrário, onde destaca-se no ano de 2017 a chacina de Pau d'arco, município do sudeste paraense, em uma área de acampamento, onde oito acampados tiveram suas vidas ceifadas, e aqueles que permaneceram na luta estão sendo ameaçados de morte ou assassinados, a exemplo de Fernando Araújo dos Santos, uma das testemunhas que foi executado a tiros no início do ano de 2021.

Nesse contexto, há uma diminuição das ações que historicamente se tornaram os meios de forçar o diálogo com o governo federal, com destaque entre os anos de 1980 e 2015, a saber, as ocupações e acampamentos. No ano de 2019 e 2020, foram registrados, respectivamente, apenas 7 e 3 ocupações no país. Ao passo que no mesmo período foram construídos 5 e 3



acampamentos. Processo que se repete na realidade do Pará, concorrendo para a inexistência de novos acampamentos no último ano (CPT, 2021).

Para Araújo *et al* (2020), esse processo ocorre porque os movimentos sociais passam atualmente por uma crise proveniente do medo de repressão; aumento da despolitização dos sujeitos subalternos, especialmente pela interferência de setores de igrejas conservadoras e do pensamento fascista; desmonte de políticas públicas que outrora eram levadas a cabo em decorrência da pressão das ocupações/retomadas de terra e acampamentos; e a descrença de que o governo atual ceda às demandas populares.

Contudo, é perceptível a expressiva resistência dos movimentos sociais do campo, mediante a permanência dos acampamentos que ainda resistem à violência armada dos latifundiários, aos diversos pedidos e ações de reintegração de posse e a criminalização que sofrem no cotidiano. Esses acampamentos acabam promovendo a Defesa-Territorial, o que ocorre “quando as famílias já estão na terra/território e resistem às ações de violência do poder do Estado ou do poder privado que buscam retirá-las de seus espaços de vida (ARAÚJO *et al*, 2020, p. 29). Em outras palavras, “trata-se da tentativa ou ameaça a desterritorialização camponesa não concluída, interrompido pela força da re-existência” (ARAÚJO *et al*, 2020, p. 29).

Diante do exposto o trabalho visa analisar a territorialização dos movimentos sociais e sindicais no estado do Pará, particularmente no sudeste paraense, a partir da construção dos acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação de Trabalhadores da Agricultura (Fetagri).

Para esse fim, utilizou-se enquanto procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica acerca da temática dos acampamentos, bem como da formação territorial da sub-região em relevo; uso de documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em relação aos registros de conflitos no campo, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no que tange ao registro de Projetos de Assentamento (PAs) e dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Federação Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) do Pará para o levantamento dos acampamentos existentes na área pesquisada; entrevistas semiestruturada com lideranças sindicais e dos movimentos sociais; por fim, procedeu-se a elaboração de uma cartografia temática para a espacialização dos acampamentos.



REFLETINDO SOBRE OS ACAMPAMENTOS ENQUANTO TERRITÓRIOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Os acampamentos são compreendidos enquanto um território, conceituado como uma porção espacial imersa “[...] em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, que desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Em outras palavras, é uma área em disputa por diferentes sujeitos que expressam lógicas de organização social, econômica, política e cultural muitas vezes díspares. Demarcando racionalidades de produção do território distintas, a exemplo do camponês, que logra por uma terra de trabalho (essa apresenta valor de uso e é base da sua reprodução social, bem como de toda a unidade familiar) e do latifundiário/empresa mineradora que visa à terra de negócio (pauta-se no valor de troca, ou seja, seu interesse é meramente mercadológico).

Entretanto, esse território apresenta uma particularidade, pois se aproxima do que Haesbaert (2004) denomina de “aglomerados de exclusão” ou territorialização precária, que constituem situações em que o território apresenta limites, funções e fluxos não necessariamente controlados pelos que residem ali, além de processos extremos de instabilidade ou fragilização territorial. Em outras palavras,

mais do que espaços à parte, claramente identificáveis, são fruto de uma condição social extremamente precarizada, onde a construção de territórios “sob controle” [...] ou “autônomos” se torna muito difícil, ou completamente subordinada a interesses alheios (HAESBAERT, 2004, p. 327).

Essa condição precária do território não se define pela forma geográfica apenas, mas pelos processos que engendram, ou seja, a indefinição dos sujeitos sobre os limites da área que ocupam, visto que os conflitos com os fazendeiros/empresas mineradoras e a demora de uma definição legal de desapropriação da fazenda impõem uma limitação/instabilidade da área ocupada para a construção das casas, das pequenas plantações, das escolas, dentre outras infraestruturas. Dessa maneira, os acampados ficam confinados em áreas negociadas com os proprietários por meio do Incra, mas correndo riscos cotidianos de serem expulsos seja pela ação de pistoleiros seja por policiais que agem mediante mandatos de reintegração de posse. Como não controlam integralmente os limites onde se localiza o acampamento há uma restrição nos fluxos dos acampados, seja pela dificuldade de circulação em estradas (dependendo da localização do acampamento existe um debilidade no transporte das pessoas e das mercadorias), seja pela obstrução realizada pelos proprietários, impedindo a entrada e saída dos acampados



para pesca, trabalho, lazer, dentre outras atividades, sob a penalidade de violência física, especialmente nos primeiros anos do acampamento.

Na fala de um dos sujeitos entrevistados, os acampamentos representam “uma luta da gente, é difícil! A gente enfrenta muita dificuldade, só esses barracos com essas crianças é um sufoco. A gente sofre um bocado, demora para ter um pedaço de terra”³

Contudo, esses acampamentos configuram também “territórios de esperança” (MOREIRA; TARGINO, 2007), produtos sociais, historicamente construídos a partir de relações de poder, que são mutáveis espaço-temporalmente. Por esse motivo são conquistados e construídos no processo de luta camponesa para permanecer na terra ocupada e dela retirar seu sustento, estabelecendo uma ruptura com a organização econômica, social e política hegemônica pré-existente (latifúndio). Instaurando, desse modo, uma nova racionalidade territorial, pautada na solidariedade, ainda que ela seja atravessada por contradições, e na proposição de uma outra experiência de organização social, distinta do “território de exploração” que prima pela concentração fundiária, a monocultura, a subordinação do trabalho e a dependência político-cultural dos trabalhadores. Esse território de esperança está em movimento e resulta de um processo contínuo de re-criação e re-delimitação, é inacabado e passível de avanços e retrocessos.

Em outras palavras, embora a precariedade seja um elemento importante para compreender os acampamentos, indicando suas fragilidades, o movimento contraditório de (re)construção e (re)elaboração dessa modalidade de “território de esperança” (MOREIRA; TARGINO, 2007), revela que em seu processo de territorialização (ocupação da terra) – desterritorialização (reintegração de posse) – reterritorialização (reocupação da área pleiteada ou de suas proximidades para reorganização futura do acampamento) há um enraizamento e um sentimento de pertencimento fruto dos diversos anos nos acampamentos e construção de relações interpessoais mais fortes pelas famílias que ali vão se formando, concorrendo para que no acampamento a “[...] convivência [seja] melhor com os companheiros, aprende a trabalhar em coletivo”⁴.

Nesse contexto, mesmo diante dessas precariedades, os acampados constroem famílias, estabelecem relações de sociabilidade, adquirem uma renda a partir da produção ou de trabalhos desenvolvidos em locais próximos, educam-se e constroem uma identidade “sem-terra”

³ Entrevistado A, acampado do Helenira Resende, Marabá-PA, 2015.

⁴ Entrevistado B, Frei Henri, Curionópolis-PA, 2015.



relacionada ao movimento social/sindical e ao acampamento, elementos que se desenvolvem durante um longo período, ainda que esse seja transpassado pela possibilidade da saída forçada.

De acordo com Loera (2009), a inserção das pessoas nas ocupações de terras se realiza devido a existência de uma rede de relações estabelecida entre indivíduos próximos ou parentes, compreendendo um “conjunto de inter-relações pessoais pelas quais se vincula um conjunto de indivíduos” (LOERA, 2009, p. 74). Essas redes são estabelecidas em virtude das “práticas sociais que surgem como o resultado agregado do fato de que diferentes membros de um grupo social estão igualmente confrontados com contextos de ação semelhantes” (PINA CABRAL, 1996, p.46). Existe, igualmente, diversas trocas dos acampados em relação aos assentados, com indivíduos dos seus lugares de origem e entre os próprios acampados que geram condições de sustento econômico e social, permitindo a permanência no acampamento. Com efeito, essas redes possibilitam a formação de grupos de acampados e acionam uma espiral de ocupações de terras, visto que assentados (ou filhos de assentados) realizam convites (trabalho de base) para que outros sujeitos (que fazem parte das redes de proximidade) construam novos acampamentos. Logo, a ocupação se realiza com a integração de assentados e os sem-terra, em que os primeiros participam do trabalho de base, o qual se pauta em redes de parentesco, amizade e vizinhança.

Essas redes apresentam uma expressão espacial, denominada de *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra* (MIRANDA, 2019) que garante articulação, comunicação e ajuda mútua em graus diversos entre os assentamentos e acampamentos que possivelmente tornar-se-ão PAs, seja por meio da organização da ocupação de terra, negociação com o INCRA e manifestações; seja através da rede de parentesco que se desenvolve entre as áreas.

Nessa rede geográfica, os assentamentos são fundamentais para a permanência da luta, pois são bases logísticas de novos acampamentos. Isso ocorre de duas maneiras: a primeira é acolher aqueles sujeitos que efetuarão uma ocupação em uma dada fazenda próxima, depois ajudar a planejar a ação e a executá-la, destacando membros do assentamento e de outros para mobilizar o maior contingente de pessoas possível, e, assim, ter maior possibilidade de êxito ao entrar na área pretendida, evitando fortes retaliações dos fazendeiros e do aparelho policial do Estado. A ocupação pode desenvolver a construção de um acampamento, passível de sofrer processos de reintegração de posse por parte do governo, que concorrem para a retirada, muitas vezes violenta, dos sem-terra da fazenda. Surge então o segundo momento de ajuda do assentamento, que serve novamente de local ao reagrupamento dos acampados até surgir outra oportunidade de ocupar a área.



Por fim, esses acampamentos, ao se constituírem enquanto território e ao desenvolverem uma rede geográfica, participam igualmente da política de escalas, pois materializam a intencionalidade dos movimentos sociais “saltarem escalas”, que significa, para Smith (2000), a rebeldia dos sujeitos subalternos em relação aos limites impostos pelo capital que os relegam às periferias urbanas ou áreas longínquas que ainda não foram devidamente territorializadas. Em outras palavras, essa política de escalas permite aos movimentos ampliarem seus territórios, ainda que em condições precárias inicialmente.

O acampamento materializa a luta pela terra, mas igualmente a possibilidade de um outro projeto de desenvolvimento territorial, pautado na diversidade produtiva, na coletivização das ações, na construção de uma educação do campo, da agroecologia, etc.

Para esse fim, nesses acampamentos busca-se disputar a hegemonia em sua dimensão material, qual seja, a terra. Mas, igualmente, se disputa os aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2001), pois, por meio deles, produz-se outros valores e conhecimentos de caráter mais críticos e analíticos, daí a importância da construção de escolas do campo com um corpo de formadores advindos dos movimentos sociais; associações e/ou cooperativas com enfoque na produção que valoriza a agricultura camponesa; igrejas que debatem a necessidade da reforma agrária; e meios de comunicação alternativas que qualificam o debate da estrutura fundiária e das ocupações de terras.

Em suma, os acampamentos são produtos sociais advindos da luta cotidiana dos movimentos sociais e sindicais, que se utilizam da política de escala e da construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra, para permanecerem territorializados. Sua construção possibilita a disputa por hegemonia dos movimentos sociais em termos materiais (terra) e imateriais (reapropriação dos aparelhos privados de hegemonia para a proposição de um outro projeto de desenvolvimento territorial).

ESPACIALIZAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS NO ESTADO DO PARÁ

O espaço agrário paraense vem apresentando profundas transformações provenientes do avanço do capital financeiro que necessita ampliar a disponibilidade de terras ao mercado e melhorar e/ou aumentar a infraestrutura energética, de telecomunicação e de circulação com o intuito tornar mais eficiente o setor de *commodities*, especialmente a soja, minérios e a pecuária.

Nesse sentido existem diversas infraestruturas portuárias, rodoviárias, hidroviárias, usinas hidrelétricas e ferrovias em processo de construção ou planejadas. Essa rede técnica é igualmente política, como afirma Becker (2001), visto que almeja desarticular as relações de



poder regional. Se na década de 1960 a estratégia era redefinir o poder das elites locais e regionais, como a Oligarquia do Tocantins⁵, no sudeste paraense, hoje a ideia é desestruturar os territórios dos povos e comunidades tradicionais.

Para a viabilização da desterritorialização desses sujeitos subalternos utiliza-se de dois expedientes principais. O primeiro corresponde as agroestratégias, que visa eliminar obstáculos existentes na área jurídico-legislativa que destinam áreas para as comunidades e povos tradicionais (quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco-babaçu, camponeses etc.) e de preservação ambiental (ALMEIDA, 2009), para esse fim, um conjunto de Projetos de Lei (PL) estão sendo revistos ou propostos.

O segundo é composto por um elenco de medidas que vão desde a esfera jurídica como a judicialização da questão agrária, até o uso de recursos bastante conhecidos na região amazônica, como assassinatos no campo, principalmente de lideranças sindicais ou de movimentos sociais, ameaças de morte e tentativas de assassinatos.

Esse processo vem acirrando os conflitos fundiários, visto que se por um lado o projeto agropecuário e minerário vem alçando cada vez mais desenvolver o que Oliveira (1999) denomina de territorialização do capital, em que pela necessidade de expansão e monopólio sobre o território se necessita desterritorializar os sujeitos subalternos do campo, implantando um sistema de monocultura ou de exploração mineral. Por outro lado, esses sujeitos não hegemônicos se organizam em movimentos sociais ou sindicais para alçarem reconquistarem suas terras, desenvolvendo ocupações de terras.

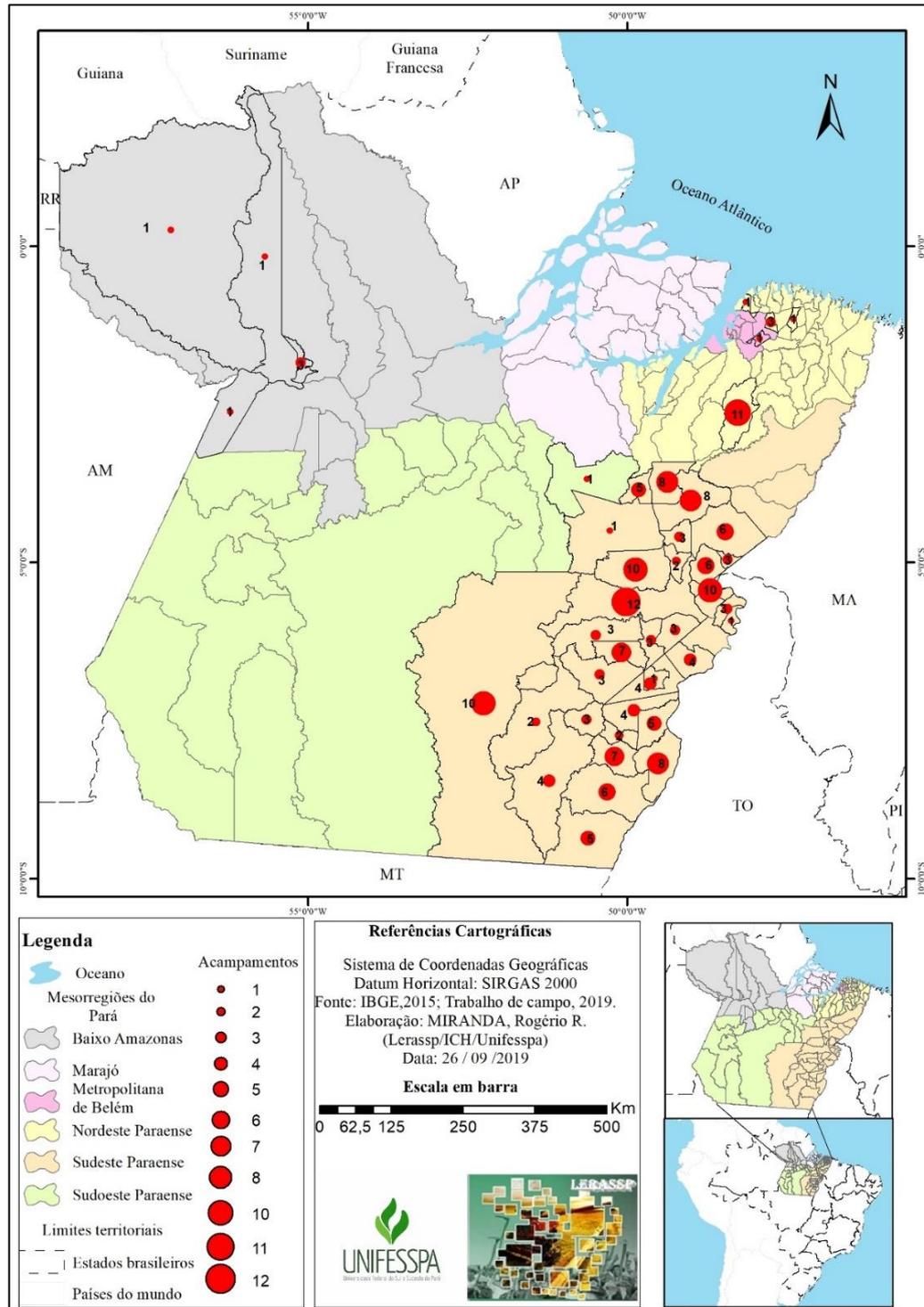
Muitas dessas ocupações de terras são violentamente repelidas pelos fazendeiros que contratam jagunços ou por empresas mineradoras que usam de segurança privada para expulsarem os sem-terra, porém muitos resistem e constroem acampamentos, que compreendem uma das principais formas de luta pela terra e de pressão para que o Estado realize vistorias nas áreas rurais para fins de reforma agrária.

O estado do Pará apresenta aproximadamente 193 acampamentos, sendo 12 (doze) em área de produção mineral da Vale S.A e 181 em locais de produção agropecuária. A distribuição espacial por mesorregião paraense se encontra da seguinte maneira: um acampamento no Marajó, um acampamento na porção metropolitana de Belém, um acampamento no sudoeste paraense, seis acampamentos no Baixo Amazonas, quinze acampamentos no Nordeste Paraense e 169 acampamentos no sudeste paraense. Essa última mesorregião concentra 87% dos

⁵ A oligarquia do Tocantins se refere a elite agrária que se estruturou no sudeste paraense e se tornou forte política e economicamente na sub-região a partir de 1920, mediante a expropriação de territórios indígenas e camponeses, para a obtenção da Castanha do Pará, recurso vendido ao mercado internacional.

acampamentos existentes no Pará, indicando sua proeminência no conflito por terras (ver mapa 1)⁶.

Mapa 1 - Espacialização dos acampamentos no estado do Pará (2019)



Fonte: IBGE (2015); Pesquisa de campo (2019)

⁶ Os dados dos acampamentos foram obtidos através de levantamentos na Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e trabalhos de campo.



Os municípios que apresentam o maior número de acampamentos são igualmente do sudeste paraense, a saber, Marabá (12), Itupiranga (10), São Félix do Xingu (10), São João do Araguaia (10), Breu Branco (8), Conceição do Araguaia (8), Goianésia do Pará (8), Canaã dos Carajás (7), Redenção (7), Bom Jesus do Tocantins (6), Rondon do Pará (6), Santa Maria das Barreiras (6), Floresta do Araguaia (5), Santana do Araguaia (5) e Tucuruí (5), a exceção é Tomé-Açu que se localiza no nordeste paraense e possui 11 (onze) acampamentos.

A CONSTRUÇÃO DOS ACAMPAMENTOS NO SUDESTE PARAENSE

As ocupações de terras não constituem uma estratégia recente na região amazônica, no sudeste paraense, particularmente, os posseiros⁷ realizam essa ação principalmente na década de 1970/80, quando adentram os castanhais monopolizados pela elite agrária do médio Tocantins, a qual detinha o direito de uso de exploração da castanha-do-pará, mas não a propriedade da terra.

A partir da década de 1970, com o projeto de “modernização” da Amazônia empreendida pelo governo civil-militar (1965-1985), o qual implicou no fortalecimento das empresas estrangeiras e do Centro-Sul via incentivos fiscais e creditícios, além da destinação de áreas para exploração agropecuária e mineral, a elite regional viu seu poder econômico relativizado, por esse motivo adotou medidas que evitassem sua crise completa, uma delas foi a proposição de criação do “Polígono Castanheiro do Tocantins”, cujo projeto era eivado de um discurso atravessado por um ideal de preservação e de diminuição dos conflitos fundiários, criando um falso cenário no qual os “donos de castanhais” seriam aqueles que não desmatam e preservam a floresta, ao contrário dos posseiros e empresas que chegavam à região.

No entanto, muitos membros dessa elite regional já haviam se tornado fazendeiros, como as famílias Chady, Chamié e Mutram (EMMI; MARIN; BENTES, 1987), além de haver destruição da floresta castanheira em diversos castanhais de posse de grupos tradicionais, a saber: Peruano, Limão, São Pedro, Santa Cruz, Bia Fé, Centro Novo, Sacrifício. Com efeito, nesse novo momento os donos dos castanhais, mesmo não sendo mais o grupo hegemônico, utilizaram do argumento preservacionista para ocultar seus reais interesses: obter o monopólio da coleta e do comércio da castanha e a manutenção dos seus domínios sobre vastas áreas de terras (BENTES; MARIN; EMMI, 1988).

⁷ Para Guerra (2001, p. 18), a definição de posseiro compreende o “camponês a caminho de seu reconhecimento social”, como “camponês em luta pela afirmação de sua identidade”, como um camponês que, consciente de si mesmo tem que lutar por seu reconhecimento social, legal e político.



Nesse contexto, em que a elite agrária busca manter sua hegemonia, os posseiros estabelecem duas estratégias para disputar o território. A primeira correspondeu a reocupação dos STTRs com auxílio da igreja e da CPT, as quais por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ajudaram na formação de quadros políticos que se tornaram lideranças sindicais na década de 1980, visto que antes os sindicatos eram administrados por agentes atrelados ao governo e não aos trabalhadores rurais.

Ao retomarem os sindicatos os posseiros iniciaram a ocupação dos castanhais, utilizando-se da seguinte metodologia: um grupo de homens se dirigia ao interior dos castanhais e preparava a terra para o plantio de cultivos básicos, como o arroz, feijão, mandioca etc.; um outro grupo, geralmente armado, ficava responsável por vigiar o local, e após esse processo se retiravam – ou seja, desenvolviam ações rotativas, não permanecendo no local, ao menos no início desse processo de ocupação da terra.

Com base nessas estratégias os posseiros conseguiram converter 106 castanhais em Projetos de Assentamento (PAs), entre os anos de 1987 e 2001, que somam uma área de 57.663.018,39 hectares (INCRA, 2019).

A partir da década de 1990 a luta posseira se amplia pois além dos antigos donos dos castanhais disputa o território com os novos agentes econômicos atrelados a produção agropecuária e mineral, especialmente a Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale S.A), que ao se implantar na região definiu limites para a criação de novos assentamentos pelo Estado, por ter interesses sobre o subsolo. (MARIN; EMMI, 1997)

Essa experiência posseira foi de fundamental importância para a organização de outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que encontrou um campo fértil de experiências sociais de luta que o ajudaram a se implantar e se desenvolver no sudeste paraense, enquanto o próprio movimento também contribuiu qualitativamente com as lutas, a exemplo da proposta de construção de acampamentos.

Essa proposta de acampamentos não foi bem recebida inicialmente pelos posseiros que chamavam de “ocupamentos”. A desconfiança era decorrente da forte violência no campo e os acampamentos, diferente das ocupações no meio da mata realizadas apenas pelos homens, deveriam ser efetuados nas margens das estradas e próximos à cidade, envolvendo todo o núcleo familiar. Outra diferença residia no trabalho de base pois os sindicatos realizavam reuniões escondidas para não causar qualquer tipo de problema ou difusão de informações, enquanto o MST realizava com pessoas da cidade e do campo e sempre com muita gente, pois a ideia era criar uma visibilidade social e midiática.



Conforme os acampamentos foram se tornando eficazes, transformaram-se em uma das principais formas de resistência contra o latifúndio e de luta pela reforma agrária na realidade em questão, pois permitia relativamente uma maior segurança aos acampados, além de garantir o processo pedagógico de construção da coletividade.

FORMAS ORGANIZATIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS NO SUDESTE PARAENSE NA CONSTRUÇÃO DOS ACAMPAMENTOS

Com relação as formas de organização da luta pela terra desenvolvidas pelos movimentos sociais e sindicais no sudeste paraense, observa-se que apresentam diferenças quanto a organização interna dos acampamentos, visto que os primeiros, em especial o MST, desenvolve trabalhos de base que ajudam na formação política dos futuros acampados. Esse processo é realizado pelas lideranças antigas e com o apoio dos assentamentos existentes, constituindo, desde o início do acampamento, uma *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra*.

Após a ocupação da terra, constroem seus barracos e ruas obedecendo o núcleo de famílias, ou seja, um coletivo que será mantido ao longo da existência do acampamento e do qual são retirados casais para comporem setores pelos quais serão responsáveis, tais como segurança, saúde, educação, juventude e produção.

Esses acampados devem seguir normas consuetudinárias, cuja transgressão lhes impõem a pena de serem expulsos ou advertidos. Uma ação importante para a territorialização se assenta na construção imediata de uma escola que posteriormente se luta para ser regulamentada, mas mantida a partir dos princípios do movimento social.

Com o passar dos anos se realiza a divisão da terra ocupada em lotes, para o desenvolvimento de cultivos e criações que permitam aos acampados se apropriarem da propriedade e, ao mesmo tempo, sobreviverem do que produzem. Assim, desenvolvem cultivos que asseguram a alimentação do núcleo familiar e vendem o excedente da produção em feiras locais ou para atravessadores, obtendo uma renda, ainda que seja baixa.

No que se refere aos movimentos sindicais, especificamente aqueles que atuam no sudeste paraense, realizam reuniões para organização das ocupações de terra e estruturação dos acampamentos, mas não constituem de imediato uma *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra*. Essa rede só irá se desenvolver muito gradativamente, mediante as pressões do Estado, dos fazendeiros e de empresas de mineração, a exemplo da Vale S.A., as quais levam eles atuarem conjuntamente, desenvolvendo ações coletivas, ou seja, com outros acampamentos



organizados pelos sindicatos e outros movimentos sociais que se localizem próximos, a exemplo do MST.

Após a ocupação da terra, constroem seus barracos e estabelecem normas regimentais que os acampados precisam estar cientes e assinarem, e caso haja transgressão podem ser expulsos ou advertidos. Internamente há uma administração similar à do sindicato, logo, existe a figura de um ou dois líderes sindicais que assumem as responsabilidades organizativas e as negociações com as instituições ou agentes econômicos. Também buscam lotear a propriedade para ocupa-la por completo e, assim, territorializar-se, mas igualmente para viabilizar produções e criações para o sustento do núcleo familiar e a venda nas cidades próximas, angariando uma renda mínima.

As inter-relações entre os movimentos sociais e sindicais foram tecidas principalmente com o intuito de se ajudarem mutuamente a se territorializarem, isso ocorre principalmente entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), os quais constroem uma rede de luta pela terra e realizam ações conjuntas, quando necessário, quais sejam: bloqueio de estradas que acessam as minas dos projetos minerais e agropecuários; bloqueio da Estrada de Ferro Carajás da Vale S.A.; ocupação de prédios públicos e privados para requererem o avanço nas negociações pela criação de assentamentos, paralização de pedidos de reintegração de posse e a permissão a direitos básicos como escola aos filhos dos acampados, cestas básicas e atendimentos médico-hospitalares; realizam grandes reuniões para tecerem estratégias comuns ou negociações únicas à todos os acampados junto a empresa mineradora ou agropecuária; e promovem a feira dos acampados para venderem seus produtos e veicularem outros valores e concepções acerca dos acampamentos.

CONCLUSÕES

Há nos últimos anos um arrefecimento na estratégia histórica de ocupações de terras para posterior construção de acampamentos, com vistas a pressionar o Estado para a realização da reforma agrária, ainda que nos termos de criação de assentamentos. Contudo, observa-se que ainda há uma expressiva quantidade de acampamentos resistindo ao avanço do capital no espaço agrário brasileiro e, particularmente, paraense, mesmo diante da escalada de violência em suas mais variadas formas.

Essa permanência nos/dos acampamentos se relaciona ao grau de organização desenvolvido pelos movimentos sociais e sindicais, que tem tecido estratégias importantes em



termos territoriais, tais como a rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra, que garante minimamente uma articulação e ajuda mútua entre os acampamentos e entre eles e os assentamentos mais antigos e estruturados; a construção de alianças entre movimentos sociais e sindicais para a implementação de ações que visam pautas comuns, como cestas básicas, escolas para os filhos dos acampados, paralisação de pedidos de reintegração de posse das áreas em conflito, criação de novos assentamentos, etc.; a construção da política de escalas que permitiu a realização de ações e mobilizações em outras escalas geográficas ou várias escalas de maneira simultânea, com o objetivo de angariar determinadas reivindicações ou publicizar as violências vivenciadas nos acampamentos; e, por fim, a disputa dos aparelhos privados de hegemonia que garante aos movimentos debaterem questões importantes, a exemplo de escolas do campo, cursos universitários, feiras etc.

Atualmente, face a aumento da miséria e da fome, o MST, por exemplo, realiza uma discussão sobre o modelo de produção de alimentos no Brasil.

Para Elias (2021), há uma relação umbilical entre a fome crescente e o agronegócio, pois para o último o alimento não se constitui um direito social e sim uma mercadoria, logo, seu fim seria a obtenção de lucros. Essa premissa concorre para o aumento da fome no país, isso porque a mercadoria alimento movimenta um vultoso mercado que envolve corporações monopolistas transnacionais de variados setores de atividades atreladas ao agronegócio (empresas de transgenia, de fertilizantes, venenos, maquinários etc.) que promovem uma alteração significativa no padrão alimentar global, ao difundirem os alimentos ultraprocessados, que são pobres em nutrientes, são mais calóricos e de alto teor de sódio para fins de conservação, além de serem obtidos de matérias-primas, como soja e milho, nas quais se utilizam vários tipos de agrotóxicos, logo, apresentam uma gama de elementos que contribuem para o aparecimento de diversas doenças (diabetes, obesidade, hipertensão, modalidades de câncer, alergias, dentre outras). Os ultraprocessados, por sua vez, são difundidos pelas grandes redes de supermercados que monopolizam a comercialização dos alimentos, por seu turno, definem os preços e pressionam até as corporações produtoras de alimentos, provocando sérios prejuízos sociais, com destaque aos mais pobres, que não conseguem ter acesso à alimentação, agonizando em estado de insegurança alimentar ou de fome, mesmo diante de um cenário de produção recorde nas safras de soja no Brasil.

Essa face contraditória do sistema capitalista, em que milhões de pessoas passam fome, mesmo diante da abundância de alimentos, foi ampliada pelo contexto pandêmico, levando ao questionamento por parte do MST sobre o sentido do alimento, considerado por esses último um direito essencial dos sujeitos e enquanto forma de protesto ao agronegócio e a política do



país doou milhões de cestas básicas advindas das áreas de assentamentos e acampamentos, mostrando a importância desses espaços de re-existência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Agroestratégias e desterritorialização – Os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B (org.). **O plano IRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica**. Belém: Federação de órgãos para assistência social e educacional/FASE; Observatório Comova, 2009.

ARAÚJO, F. M. G. de; JUNIOR, J. P. da S.; THORLBY, M. C. de M.; ALBUQUERQUE, R. C. C. de. **Defender os direitos nas ruas e nos territórios: a esperança habita em nós**. In: CPT. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Goiânia: CPT Nacional, 2020. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0>> Acesso em: 02 abril 2020.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, 2001.

BENTES, Rosineide; EMMI, Marília F.; MARIN, Rosa A. Os cemitérios das castanheiras do Tocantins. **Pará desenvolvimento**, Belém, v. 23, n. 1, 1988, p. 18-24.

CPT. **Caderno Conflitos**. 2021 Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/3-cadernoconflitos>. Acesso em: 02 abril 2021.

Elias, Denise. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 41, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/69103/37297>> Acesso em: 20 out. 2021.

EMMI, Marília F.; MARIN, Rosa A.; BENTES, Rosineide. Polígono castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. **Revista Pará Agrário**, Belém, v. 1, 1987, p. 12-24.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 3.

GUERRA, Armando Dinis. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOERA, N. C. R. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULO, M. I. (orgs.). **Lucas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. 2. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.73-93.



MARIN, Rosa. E. A.; EMMI, Marília. F. De posseiros a assentados: a precariedade das ações fundiárias no sudeste do Pará. In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia. (Orgs.). **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997, v. 1, p. 251-274.

MEDEIROS, L. S. de. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, v. 16, p. 484-515, 2020. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12502/pdf_1. Acesso em: 02 jun. 2021.

MIRANDA, Rogério Rego. A geografia dos acampamentos dos movimentos sociais e sindicais no sudeste paraense. In: IX Simpósio Internacional X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 10, 2019. Recife-PE. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 2019. Disponível em: <https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572996159_ARQUIVO_590af444e1b4baaeffbdbf9349704a2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

MOREIRA Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **REVISTA NERA**. ANO 10, n. 10 Rio de Janeiro, 2007 – ISSN: 1806-6755, disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1424>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo, Contexto, 1999, p.63-107.

PINA CABRAL, J. de. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, vol. 2(1), 1996, pp. 25-57.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 132-175.